

Outra Inconfidência: o pasquim do Calambau, o motim de 1789 e a liderança de Silvério dos Reis

ANTUNES, Álvaro de Araujo; FIGUEIREDO, Luciano (org.). *O pasquim do Calambau: infâmia, sátira e o reverso da Inconfidência Mineira*. São Paulo: Chão Editora, 2022. 231 p. ISBN: 978-65-80341-04-7.

André Figueiredo Rodrigues¹

Veja a Vossa Majestade
As leis dos insolentes
Bem é que se enforcasse
O correio Tiradentes

Nos príncipes conhecemos
Os nossos monarcas velhos
Cá nas Minas queria ser
O diabo do Joaquim Silvério

Pasquim do Calambau, [1798] 2022, p. 23.

Segundo a tradição, a Inconfidência Mineira foi um movimento que pretendia acabar com a exploração colonial portuguesa na capitania de Minas Gerais, entre 1788 e 1789. O personagem mais conhecido dessa história é o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Após ser denunciado, ele foi preso e passou por um longo processo judicial, que terminou com sua morte na forca. Por ter sido o único a suportar as severidades impostas pela justiça portuguesa, seu martírio o transformou em herói nacional. Ao longo do século XIX, e especialmente após a instauração da República em 1889, Tiradentes passou a ser considerado o maior herói do Brasil, sendo chamado de

¹ Professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras, câmpus de Assis, e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Presidente da Seção Nacional do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), no Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – nível 2. E-mail: andre.f.rodrigues@unesp.br.

“protomártir da nação” por sua morte ser consagrada como símbolo de luta pela liberdade e pela independência do Brasil.

Por outro lado, temos Joaquim Silvério dos Reis, conhecido como o traidor do movimento sedicioso mineiro e, conseqüentemente, da nação. Ele é lembrado como uma das principais pessoas responsáveis, talvez a maior, pela condenação e execução de Tiradentes.

Essa narrativa, amplamente divulgada e presente na memória coletiva, além de constar em vários estudos acadêmicos, passa a ser questionada com a revelação de papéis anônimos contendo versos satíricos, fixados em locais públicos importantes no arraial de Calambau (atual cidade de Presidente Bernardes). Na época, o local era um povoado com quase mil moradores, pertencente à freguesia de Guarapiranga, a mais de quinze léguas da cidade de Mariana, na capitania de Minas Gerais.

Esses papéis, que receberam o nome de “Pasquim do Calambau”, circularam na manhã de 14 de junho de 1798 e encontram-se custodiados no acervo do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Eles trazem uma perspectiva diferente sobre o movimento rebelde mineiro. Essa nova interpretação – entre outras que poderiam ser analisadas – fica evidente nas duas quadras satíricas que servem como epígrafe ao texto.

Neste contexto, Tiradentes é visto de forma secundária, descrito como “correio”, ou seja, alguém que fazia a comunicação entre os membros do grupo rebelde e várias pessoas ao seu redor, como militares, homens de negócio, fazendeiros, religiosos, mineradores e indivíduos comuns. Seu foco inovador está no papel atribuído ao “traidor da Inconfidência”. Nos versos, Joaquim Silvério dos Reis é retratado como o líder da revolta mineira, apresentado como aquele que almejava se tornar o “monarca” de Minas Gerais.

Ao se examinar o papel de Tiradentes como mensageiro, essa abordagem diferenciada da Inconfidência Mineira encontra eco, em certa medida, no processo aberto para investigar o crime de rebeldia que se abateu na capitania de Minas Gerais entre 1788 e 1789.

Nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, que reúnem a documentação oficial da investigação e incluem os depoimentos de envolvidos e testemunhas, atesta-se a leitura de Tiradentes circulada no pasquim. O mesmo também pode ser interpretado para a versão que coloca Silvério dos Reis como o líder da revolta. O que surpreende é que, seis anos após o desfecho trágico do movimento, com a execução de Tiradentes na cidade do Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1792, circulava em Minas Gerais a ideia de que Silvério dos Reis era o mandante dos inconfidentes. Essa visão contrapunha a narrativa mais comum, que elevou o alferes Tiradentes ao papel de protagonista da revolta e, por consequência, o transformou em herói nacional.

No contexto do pasquim, Silvério dos Reis é visto como o líder da Inconfidência Mineira. Essa ideia, que pode refletir o pensamento predominante em Minas Gerais no final do século XVIII, está alinhada com algumas informações dispersas que surgiram durante as primeiras prisões ocorridas em 1789, sugerindo que Silvério teria sido o criador de toda a conspiração (p. 150). Caso a revolta tivesse êxito, ele aspirava se tornar (“queria ser”) príncipe de Minas Gerais, ou seja, “o diabo do Joaquim Silvério” almejava ser o governante da capitania.

Independentemente da “veracidade” das informações ali contidas, a publicação de *O pasquim do Calambau: infâmia, sátira e o reverso da Inconfidência Mineira* é uma contribuição importante para quem quer entender essa nova interpretação sobre a revolta mineira. Organizado pelos professores Álvaro de Araujo Antunes e Luciano Figueiredo, ambos reconhecidos pesquisadores da história colonial mineira, o livro, publicado pela editora Chão, segue uma linha editorial que valoriza a apresentação de documentos históricos por historiadores. Essa abordagem resgata a antiga tradição de publicar documentos para o entendimento do passado.

Na obra, encontra-se a transcrição de duas versões do pasquim: uma modernizada, que aparece nas páginas 17 a 30, e outra em estilo semidiplomático, nas páginas 177 a 189. Esta última é especialmente útil para estudiosos de áreas como linguística e filologia, além daqueles que estudam a

cultura dos escritos, pois mantém as características originais da escrita do texto. Há também uma reprodução fac-similar nas páginas 12 e 13, a transcrição da devassa, entre as páginas 31 e 76, e uma parte importante do processo judicial relacionado à acusação de injúria contra Manoel Caetano Lopes de Oliveira, sargento-mor da Companhia de Calambau, envolvido na Inconfidência Mineira. Essa parte, que está nas páginas 77 a 95, tem como eixo narrativo os versos satíricos que compõem o pasquim, dada a mal-afamada trajetória de Manoel Caetano.

Foi graças a esse recurso judicial que um dos três exemplares manuscritos do pasquim que estavam em circulação permaneceu intacto e foi anexado ao processo, servindo como prova tanto da investigação quanto da materialidade dos fatos. No final, uma cronologia (páginas 191 a 228) nos ajuda a entender os principais acontecimentos de forma temporal, permitindo conhecer a sequência dos eventos e as conexões entre o pasquim, a Inconfidência Mineira e os principais fatos políticos ocorridos em Minas Gerais no final do século XVIII.

No posfácio, entre as páginas 97 e 175, os organizadores explicam os acontecimentos que levaram ao surgimento do pasquim e detalham a intensa disputa judicial entre o sargento-mor e seu vizinho, Domingos de Oliveira Álvares, alferes e proprietário de uma das lojas mais importantes do Calambau. No processo, diversas testemunhas afirmaram que a letra do dito pasquim era de Raimundo Penafort, também morador do Calambau e caixeiro do alferes Domingos. O entrevero entre eles deu-se por conta de uma construção em um terreno que o alferes Domingos acreditava ser de sua propriedade.

E, nesse vai e vem da história, apresentada em “41 quadras satíricas numeradas (além de cinco monósticos e três dísticos), seguidas de uma décima”, são revelados vários elementos, como a apresentação do pasquim à comunidade; o perfil do sargento-mor Manoel Caetano, com suas ocupações e comportamentos considerados transgressores; referências à Inconfidência Mineira e aos deveres dos súditos perante a monarquia; e, novamente, Manoel Caetano e suas ações cotidianas no Calambau (p. 104).

O pasquim faz uma crítica contundente à figura de Manoel Caetano Lopes de Oliveira, expondo sua deslealdade à rainha dona Maria I ao se envolver, cerca de uma década antes, na Inconfidência Mineira. Mesmo que ele não tenha sido formalmente punido pela justiça por esse ato de traição, sua participação no movimento rebelde foi divulgada e isso acabou por comprometer sua reputação, pois o colocou entre os conjurados.

O posfácio aprofunda a discussão sobre a persistência do ressentimento nas Minas Gerais da revolta planejada em 1788 e debelada em 1789, ressaltando a lealdade à monarquia e à fé católica, que eram símbolos importantes para a sociedade da época. Um exemplo claro dessa fidelidade, que permeava tanto o discurso coloquial quanto o imaginário político popular, é Joaquim Silvério dos Reis, um português leal que conseguiu impedir que a revolta de 1789 acontecesse. Caso a Conjuração tivesse ocorrido e sido vitoriosa, ela poderia ter ameaçado a autoridade do governo português em uma das regiões mais importantes do Império português no ultramar.

Este livro apresenta ao público, pela primeira vez, o pasquim do Calambau e o processo de investigação sobre sua circulação, destacando como tema principal a sua postura de oposição à monarquia portuguesa (“Viva a rainha de Portugal!”) (p. 27). A crítica a um oponente local faz parte de uma peça que busca incentivar a lealdade à Coroa portuguesa entre os moradores de Minas Gerais. Em um trecho da sátira difamatória, podemos ler: “Quem este nas esquinas achar / Espalhe nas Minas Gerais.” (p. 159) Exatamente 224 anos depois, em 2022, o pasquim do Calambau voltou a ganhar destaque.

Referências

ANTUNES, Álvaro de Araujo; FIGUEIREDO, Luciano (org.). *O pasquim do Calambau: infâmia, sátira e o reverso da Inconfidência Mineira*. São Paulo: Chão Editora, 2022. 231 p. ISBN: 978-65-80341-04-7.

Recebido em: 12 de setembro de 2024

Aceito em: 10 de julho de 2025